



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0001924-46.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Adilva Vieira Magri**
Requerido: **Bv Financeira Sa Cfi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter figurado como avalista em contrato celebrado entre seu marido e a ré para a aquisição de um veículo mediante financiamento.

Alegou ainda que em razão de problemas diversos o veículo foi amigavelmente devolvido à ré e passado algum tempo veio a saber que ela a teria inserido perante órgãos de proteção ao crédito a despeito de inexistir motivo para tanto.

Almeja ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que sofreu.

A contratação aludida pela autora é incontroversa, a exemplo da devolução do veículo pertinente a ela para a ré.

Não obstante, os documentos de fls. 18/19 deixam claro na cláusula 5 que em havendo saldo devedor a autora deveria liquidá-lo em prazo certo.

Já os documentos de fls. 100/129, 132 e 137 evidenciam a existência desse saldo devedor mesmo após a venda do veículo, não se revelando à evidência esse fato por si só bastante à extinção da dívida em apreço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O quadro delineado evidencia que a pretensão deduzida não haverá de prosperar, transparecendo como legítima a negativação da autora em virtude do débito a seu cargo não ter sido quitado.

Como se não bastasse, ainda que assim não fosse a autora não faria jus a qualquer indenização, porquanto o documento de fl. 97 aponta para a existência de outras negativações dela junto a órgãos de proteção ao crédito, o que na esteira da Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça inviabilizaria o direito à indenização postulada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA